

O Profeta João Maria e as concentrações camponesas no Brasil meridional (1848-1942).

Paulo Pinheiro Machado¹

Num período de aproximadamente cem anos, 1848 a 1942, ocorreram concentrações camponesas² no sul do Brasil em torno da figura do monge João Maria, um andarilho leigo que se apresentava como curandeiro e penitente. Estas concentrações eram iniciadas quando grandes grupos de camponeses deslocavam-se de suas regiões em busca, principalmente, de curas. Estes movimentos assumiram uma linguagem religiosa, com fortes noções messiânicas e milenares. Como não eram movimentos patrocinados por autoridades ou por membros do poder local, estas concentrações foram alvos da ação da polícia e das forças armadas. Ao longo do período, a devoção a João Maria foi assumindo aspectos locais, mas em todas as experiências, é possível identificar em comum, a formação de um ambiente cultural de autonomia do campesinato nacional.

É evidente que dentro do período cronológico, outros movimentos camponeses desenvolveram-se no sul do Brasil sem uma conexão direta com a tradição de São João Maria. Nosso objetivo, neste capítulo, será um estudo comparativo e sistematizado unicamente dos movimentos relacionados à tradição do monge João Maria. Fica aqui registrada a advertência de que não são os únicos movimentos camponeses do sul do Brasil neste século indicado. Assim, analisaremos a concentração do Campestre (Santa Maria, RS, 1848), o movimento do Canudinho de Lages (Lages, SC, 1897), o movimento dos Monges do Pinheirinho (Encantado, RS, 1902), a Guerra do Contestado (PR e SC, 1912-1916), o movimento de Fabrício das Neves (Irani e Concórdia, SC, 1924), o movimento dos Monges Barbudos do Fundão (Soledade, RS, 1935-38) e o movimento dos Sertanejos do Timbó (1942).

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista em Produtividade de Pesquisa do CNPQ.

² Utilizo o termo “camponês” para caracterizar os peões, agregados e sitiantes independentes, proprietários e não proprietários de suas terras, que praticavam agricultura familiar de subsistência, com relativo grau de autonomia, mesmo em regiões de pecuária. O termo “camponês” não era empregado na época, os termos que eram ligados a esta condição social aparecem nas fontes como “lavradores”, “caboclos”, “sertanejos” e “matutos”. De igual maneira, emprego a expressão “camponês nacional”, para diferenciar os caboclos dos imigrantes europeus e seus descendentes.

João Maria de Agostini, o primeiro andarilho de origem italiana, chamava a atenção dos moradores das regiões rurais do sul do Brasil por apresentar-se apenas como um conselheiro. Aceitava poucos alimentos que eram oferecidos. Era um indivíduo com barbas e cabelos longos, usava um pequeno boné com pele de jaguar e caminhava segurando um cajado de pastor. Vivia peregrinando entre as Províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. João Maria recomendava que os agricultores defendessem as vertentes de água, evitassem queimadas e não maltratassem animais. Conhecia um conjunto de ervas nativas e seus efeitos terapêuticos. Durante as décadas de 1840 e 1850 do século XIX João Maria teve uma relação amistosa com o clero católico. Participou de missas e fez pregações nas Igrejas de Sorocaba (SP), Lapa (PR) e Santa Maria (RS) (CABRAL, 1960 e FACHEL, 1995, 35-40). Costumava batizar crianças a pedido dos moradores das regiões por onde passava. Ao longo deste extenso período cronológico, diferentes indivíduos assumiram esta identidade (WELTER, 2007).³

A Concentração do Campestre

A primeira concentração aconteceu em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 1848/49, quando o monge italiano Giovanni Maria d'Agostini passou a recomendar curas na fonte de águas do Campestre. O monge andarilho tinha passado várias vezes pela região do Campestre, em Santa Maria, pelo Cerro do Botucaraí, em Rio Pardo, pelas Missões e pelo planalto norte da província. Consta que com a autorização do Vigário Geral do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, João Maria conseguiu transportar uma estátua de Santo Antão das Missões para uma Capela que estava construindo no Campestre. Além da Capela, o Campestre era o local de uma vertente de águas que, segundo o Monge, tinha propriedades curativas. Logo João Maria organizou na Capela do Campestre com uma estrutura para atender doentes que chegavam de vários pontos do município e de muitas outras regiões da província.

³ É importante considerar que existem algumas diferenças marcantes entre os diferentes indivíduos que assumiram a identidade de João Maria. Neste texto não vamos proceder a este levantamento, considerando que, para a população sertaneja, só existiu um São João Maria, lenda que acabou por incorporar as qualidades e características de diferentes indivíduos.

A concentração de pessoas que, em alguns meses, chegou a mais de cinco mil, assustou as autoridades. Principalmente porque naquela conjuntura algo muito sensível precisava ser realizado – o recrutamento militar. O aumento das tensões com os governos de Oribe, do Estado Oriental e com Rosas, de Buenos Aires, fazia com que o Império tomasse uma série de medidas para uma nova invasão do Prata. O Presidente da Província do Rio Grande do Sul, General Francisco Soares de Andrea enviou força de linha para a dispersão dos seguidores do Campestre, João Maria foi preso e remetido para Santa Catarina. Para atacar a credibilidade das águas do Campestre, foi aprovada uma Lei Provincial autorizando o governo a realizar exame laboratorial nas águas⁴. Um médico foi enviado da Capital para examinar os pacientes tratados por João Maria e apresentar uma estatística e um relatório, que deveria ser publicado na imprensa. O Presidente Soares Andrea queria combater o “*fanatismo*” com a ciência.

Soares de Andrea era um militar português que já tinha servido ao Império na repressão dos movimentos Farroupilha (RS), na Cabanagem (PA) e Juliana (SC) e, como estava preparando a invasão do Uruguai, afirmou que “*não podia deixar o fanatismo crescer sem controle*”, mesmo sendo um movimento pacífico. (MACHADO, 2004) A concentração em torno do Campestre prejudicava os preparativos de guerra. Neste momento o General estava interessado em formar Guardas Municipais, subordinadas à Guarda Nacional, onde deveria ser alistada toda a população masculina entre 12 e 60 anos de idade, para daí tirar os efetivamente recrutáveis.⁵

Segundo Oswaldo Cabral (1960), depois deste incidente do Campestre, nunca mais João Maria permitiu que pessoas se aglomerassem nos locais onde pousava. O monge procurava locais ermos, seu contato com os moradores era sempre rápido, mas seu prestígio continuou crescendo entre toda a população do planalto meridional. Sua relação com o clero católico continuou amistosa. Grande quantidade de fontes de água em muitos municípios do

⁴ Lei Provincial nº 141, de 18/07/1848. Autoriza o Governo Provincial a destacar um médico para analisar as curas e o valor terapêutico das águas do Campestre. *Coleção de Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1888.

⁵ Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andrea, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no 1º de junho de 1849. Porto Alegre: Typographia do Porto-Alegrense, 1849.p. 25.

planalto meridional são atualmente chamadas de “águas santas”, por atribuir sua descoberta ao monge, que o povo chama de “São João Maria”. O culto a Santo Antão ficou restrito ao Campestre, em Santa Maria. Em outros pontos do planalto João Maria é lembrado pelas “águas santas” e pelos pontos de parada e pouso do andarilho, que foram santificados com a ereção de grandes cruzeiros.⁶

Depois da dispersão da concentração de Campestre João Maria foi enviado pelo General Soares de Andrea para a ilha de Santa Catarina. De lá o Presidente da Província o enviou para a ilha do Arvoredo, local de onde foi retirado alguns meses depois, uma vez que estava começando uma romaria de pescadores de Porto Belo na ilha. Consta que João Maria foi visto no Rio de Janeiro, em Sorocaba e novamente em Lapa, no Paraná. A partir de 1870 não há mais registros sobre a passagem de Giovanni Maria d’Agostini pelo sul do Brasil, consta que tenha morrido no deserto do Novo México, nos Estados Unidos (KARSBURG, 2010).⁷

João Maria de Jesus

No final do século XIX, outro andarilho (grego de origem síria, de fala acastelhanada) Anastas Marcaf, assumiu a identidade de João Maria e, nas décadas finais do séc. XIX e na primeira década do séc. XX, passou a trilhar os mesmos caminhos do antigo monge, aumentando a sua área de abrangência mais para o oeste, para os Campos de Palmas. Segundo muitos depoentes da região do planalto de Santa Catarina, este segundo João Maria, a quem também chamavam de João Maria de Jesus é o indivíduo que aparece em milhares de gravuras que são recopiadas, como *vulgata*, a partir de uma fotografia original, de autor desconhecido.

João Maria de Jesus deixou prédicas mais detalhadas sobre a defesa das fontes de águas, sobre o respeito aos animais e à natureza, palavras que ainda sobrevivem na memória da população cabocla do planalto. Para João Maria, *“planta é quase bicho e bicho é quase*

⁶ Os cruzeiros de São João Maria são pontos de culto usualmente confeccionados com madeira de cedro falquejadas que brotam folhagens na primavera, demonstrando um aspecto impactante. Em alguns locais os cruzeiros são usados como cemitérios de “anjinhos”(crianças nati-mortas).

⁷ Segundo Alexandre Karsburg, João Maria seguiu para os Estados Unidos, tendo entrado por Nova Iorque em 1861 e morrido no Novo México, em 1869.

gente”. As pessoas deveriam evitar as queimadas, defender as fontes d’água e evitar o mau-trato a todo tipo de ser vivo. João Maria dizia que “*quem não sabe ler a natureza é analfabeto de Deus*”. Na tradição popular, o monge também era conhecido por determinadas propriedades extra-naturais, tais como as atribuídas a Cristo - como a capacidade de caminhar sobre as águas, de adivinhar o pensamento das pessoas e de multiplicar alimentos. João Maria recomendava a todos que plantassem cruzeiros em frente das suas casas. As pessoas que assim procedessem estariam protegidas no momento que aconteceria do sol não nascer no período de três dias. João Maria profetizava que o mundo passaria por transformações catastróficas, sendo a República seu primeiro sinal. (VINHAS DE QUEIROZ, 1966 e MONTEIRO, 1974)

A partir de 1890 o clero católico, que vivia um processo de profunda transformação com a romanização dos sacerdotes, dentro do espírito ultramontano de recuperação da autoridade da hierarquia da Igreja, passa a hostilizar a figura de João Maria, a condenar publicamente suas práticas. Os padres advertiam as pessoas – sem sucesso - para que não batizassem as crianças com o andarilho (SERPA, 1997).

O Canudinho de Lages (1897)

Entre os anos 1893 e 1895 o sul do Brasil passou por um conflito de grandes proporções, conhecido como Revolução Federalista. A luta colocou em lados diferentes facções da classe dominante em disputa pelo poder local. De um lado, os políticos republicanos com forte apoio do Exército, de outro lado os federalistas, herdeiros políticos do Partido Liberal, dominante no regime monárquico, tinham o apoio da oficialidade da Marinha e de políticos ligados ao Partido Blanco, no Uruguai, como Gumercindo Saraiva. A luta se prolongou por três anos, atingindo fortemente o planalto sul do Brasil, o que representou o recrutamento forçado, para ambos os lados, de muitos peões e agregados de fazendas e pequenos sitiantes do planalto. Os deslocamentos de tropas ocorreram da fronteira com o Uruguai até a cidade de Curitiba, último ponto dominado pelos rebeldes federalistas. A historiadora Zélia Lemos registra que a tragédia desta guerra serviu para introduzir uma prática na população pobre do planalto, o “*arrebanhamento de gado alheio e a degola dos adversários políticos*” (LEMOS, 1983).

Há indícios que apontam que a aproximação do federalismo à religiosidade popular no planalto ocorreu durante a própria Revolução Federalista. Frei Rogério Neuhaus, franciscano alemão que atuava em Lages desde 1891, afirma que João Maria passou a condenar a República e a divulgar um discurso apocalíptico com grande receptividade entre os sertanejos. Com frequência a população identificava os federalistas com a monarquia (já que muitos eram antigos políticos do Partido Liberal). Quem relata uma aproximação de João Maria com os federalistas é o médico baiano Ângelo Dourado, que acompanhou a coluna do federalista e *blanco* Gumercindo Saraiva. Dourado afirma que, na região dos campos de Palmas - que era “território do monge” - João Maria acompanhou alguns combates, ajudou a tratar rebeldes feridos, mas dizia que não era federalista, porém era “*a favor da justiça e dos que sofrem*” (DOURADO, 1977, p.196).

É importante considerar que o monarquismo sertanejo, presente nestes movimentos sociais rurais, como também no norte do Brasil, no grande movimento de Canudos, não significa uma contra-revolução monárquica ao jovem regime republicano. Estes camponeses jamais se manifestaram pela restauração da família Bragança ao trono brasileiro. O monarquismo sertanejo precisa ser entendido como parte da experiência traumática da República que, no Brasil, significou para a população pobre do interior do país, maior tributação, guerras e aumento do poder político dos terratenentes.

Os federalistas tinham uma plataforma política muito genérica, seus principais pontos eram a autonomia local para os Estados membros da Federação e o parlamentarismo como forma de governo. Porém, é possível localizar, em crônicas e relatos de soldados e outros adeptos, uma vertente popular do federalismo, uma apropriação muito peculiar que era realizada por pequenos sitiados e combatentes “a pé”, que definiam o federalismo como uma bandeira contra a opressão e a tirania. Ser federalista significava lutar por autonomia local e opor-se a qualquer autoridade “de fora”. Esta noção popular do federalismo se enraizou na cultura política da bacia platina desde o início do século XIX. (LEMES, 1993).

A aglomeração de camponeses no Canudinho de Lages começou a acontecer em julho de 1897, na chamada região de Entre Rios, fundos de Campo Belo, a oeste da cidade de Lages. Consta que um indivíduo chamado Miguel, ou Miguelito, apresentou-se a um

comerciante local, dono de um engenho de cana, Francelino Subtil de Oliveira, afirmando ser irmão do monge João Maria. Miguel estabeleceu-se no engenho de Subtil e passou a ministrar curas e penitências a todos os doentes que começaram a afluir em grande número para o local. As curas eram feitas com chás e as penitências eram realizadas carregando-se pedras nas cabeças e fazendo várias orações por dia para uma grande pedra que existia no rochedo da barranca do rio Pelotas. A rocha lembrava as feições de uma figura humana, que os devotos acreditavam tratar-se de uma santa “encantada”. As preces, penitências e procissões deveriam “desencantar” a santa, libertando-a da pedra. Entre os habitantes de Entre Rios criou-se a noção de que este desencantamento deveria acontecer antes da virada do século, em 1900, onde uma noite de três dias poderia acabar com a vida dos que não seguiam esta devoção. Em um mês de duração, o engenho já era circundado por 70 casas habitadas por mais de 400 pessoas. O povoado de Entre - Rios recebeu doentes e moradores de uma ampla região do planalto catarinense e do norte do Rio Grande do Sul, inclusive alguns veteranos da campanha federalista, encerrada há dois anos (MACHADO, 2008).

Como ao longo do ano de 1897 corria a guerra de Canudos, na Bahia, logo a imprensa de Florianópolis e de Lages deu o nome de “Canudinho” à concentração de sertanejos de Entre - Rios. O jornal *Região Serrana*, de Lages, assim explicava a formação do povoado do Canudinho e exigia providências do governo:

Estamos atravessando uma quadra excepcional a respeito do FANATISMO RELIGIOSO. Qualquer indivíduo de cabelos e barbas longas e um tanto encanecidas embrenha-se pelos sertões, explora a ignorância dos pobres matutos e, eis que em pouco tempo, tem ao seu lado um exército, disposto a lutar até a morte em defesa de tal indivíduo, uma vez que apregoe-se enviado ou representante de Jesus Cristo, como meio mais fácil de iludir essas infelizes criaturas! Reclamamos do poder competente urgentes providências para que os fundos de Campo Belo não se transforme em um novo CANUDOS, pois já ninguém ignora que o célebre CONSELHEIRO da Bahia começou como Miguelito e, entretanto, por causa da inércia dos governos assistimos hoje...uma das mais cruentas lutas em que têm perecido os mais devotados soldados da República (grifos do original – Região Serrana, 8/8/1897)

A formação da concentração e a disposição de luta das pessoas em defesa do novo povoado são interpretadas pelo jornal apenas como manifestação de ignorância dos “pobres matutos”. Nesta época, em meados de 1897, o exército organizava uma quarta expedição a

Canudos, após o fracasso da terceira, em março do mesmo ano. Havia uma verdadeira histeria da imprensa de todo o país com os seguidores de Antônio Conselheiro. Para os governantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a concentração em si de devotos de João Maria não era a principal preocupação. O temor existia pelo fato deste povoado receber veteranos *maragatos*, federalistas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina estavam em Entre - Rios.

Em 17 de agosto de 1897 uma primeira volante policial, composta em sua maioria por guardas municipais de Lages, comandados pelo Alferes Inácio Casimiro de Góes, soldados do Regimento de Segurança de Santa Catarina, comandados pelo Alferes Firmino Rodrigues Neto e reforçada por capangas do Cel. Henrique Rupp (Superintendente Municipal de Campos Novos) e de Lucidoro Matos, tentou dispersar o ajuntamento sertanejo. Entretanto, parece que os caboclos já estavam informados da expedição oficial e receberam a força policial com fogo cerrado. Os sertanejos conseguiram abater quatro soldados (dois mortos e dois seriamente feridos) e fizeram recuar a força oficial. Para aumentar o pânico das autoridades locais, os caboclos perseguiram os policiais até a entrada da Vila de Campos Novos, a aproximadamente 40 km de distância de Entre - Rios (*Região Serrana, 29/08/1897*).

A partir deste primeiro confronto, a imprensa passou divulgar que a resistência armada dos camponeses foi atribuída a presença de federalistas e de um “castelhano” dentro da cidadela atacada. Consta que o piquete armado dos camponeses de Entre Rios usavam uma fita branca, com 1,7 metros, amarrada aos chapéus. A cor branca significava a marca dos federalistas catarinenses e 1,7 m era a altura de João Maria. A presença de uruguaios e argentinos – denominados como “castelhanos” pela população local, significaria mais um indício da presença federalista em Entre Rios.

O governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, combinou com o Presidente do Rio Grande do Sul de realizarem um ataque conjunto ao Canudinho de Lages. Júlio de Castilhos temia um novo levante federalista, que poderia ser iniciado com uma invasão via fronteira uruguaia e, pior, com uma dupla invasão ao sul pelo Uruguai e ao norte, pelo planalto catarinense. A fronteira Brasil-Uruguai estava desguarnecida de várias unidades do exército brasileiro, que foram deslocadas para combater na Bahia. Não paravam de circular, em Porto Alegre, diferentes versões sobre o fim da guerra civil uruguaia, que teria encerrado com um acordo entre os federalistas rio-grandenses exilados no Estado Oriental e o vencedor Partido

Colorado. Retribuindo o apoio federalista, o novo governo uruguaio apoiaria uma nova ofensiva dos exilados federalistas no território rio-grandense⁸. O trágico destino do Canudinho de Lages foi definido por uma mudança política dentro do Uruguai, que precipitou o ataque do governo do Rio Grande a população de Entre Rios.

Na manhã do dia 29 de agosto de 1897 o povoado de Entre Rios foi atacado pela polícia rio-grandense. Quando a força catarinense chegou ao local o povoado já estava destruído. Nos dias seguintes os policiais dos dois estados passaram a caçar os sertanejos fugitivos pelas matas da região e pelas furnas então existentes ao longo dos rios Canoas e Pelotas. Miguelito foi capturado no Rio Grande do Sul, na localidade de Barracão, município de Lagoa Vermelha, acompanhado da filha de Francelino Subtil de Oliveira, e identificado como um soldado desertor da guarnição de Curitiba. Francelino Subtil de Oliveira fugiu pelas matas do vale do rio Canoas com um grupo de 20 homens, mas apareceu morto em outubro do mesmo ano. Os jornais de Lages e Florianópolis apontam para a existência de uma grande operação de extermínio dos sertanejos que participaram do povoado destruído.

As autoridades sonhavam que com a destruição do Canudinho colocariam fim às crenças dos sertanejos e assegurariam a paz aos proprietários. Uma mistura de sentimentos, que vão da intolerância religiosa ao preconceito de classe, estava presente no balanço final do massacre:

À louvável presteza desenvolvida pelos governos unidos do nosso Estado e do Rio Grande do Sul devemos a completa dispersão do bando fanático e perverso de Entre - Rios que como uma ameaça a tranqüilidade pública e um polvo à propriedade individual, se arregimentava e crescia à sombra mal velada de manifestações religiosas. O fato do contumaz fanatismo largamente propellido pelas práticas da vulgaridade forasteira de um João Maria de Agostini, mal pode distender as garras de uma terrível ignorância feroz e arrebatadora, perante a vigorosa providência oficial que em tempo realmente abreviadíssimo estancou com um vigoroso golpe definitivo os desenvolvimentos do núcleo de Entre - Rios, onde reinava a promiscuidade animal de envolta com a orgia das paixões (*Região Serrana*, 12/09/1897).

⁸ Todas estas informações constam na correspondência de Júlio Prates de Castilhos e de seu secretário Aurélio Bittencourt. Fundo Aurélio Bittencourt, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

O Bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, em visita a região do conflito um ano após a destruição de Entre Rios afirmava que ali vivia “*um povo atrasado, cheio de vícios e muito fanático e seguidor do célebre João Maria*”(SERPA, 1997, p. 144). O crescimento e a consolidação da liderança mística de João Maria já era uma realidade entre vários habitantes da região. Havia um forte sentimento de crise no planalto no início do período republicano (MONTEIRO, 1974). Os republicanos eram acusados de criar novos impostos, de atribuir maior poder aos Coronéis e por serem autores de atrocidades durante a guerra federalista. A população camponesa do planalto procurou intérpretes, como o profeta João Maria (GALLO, 1999, p.177), para expressar seu descontentamento com o estado de coisas.

O culto a João Maria, independente da estrutura do clero oficial e por ele hostilizado, continuou vigente entre a população trabalhadora do planalto e ofereceu a base cultural para a formação dos redutos sertanejos do movimento do Contestado, quinze anos depois. No povoado de Entre-Rios já se estabelecia uma praça central onde todos se reuniam em determinados momentos do dia. As relações comunitárias de auxílio mútuo são identificadas. Em grande medida, há uma confluência crescente de pontos de vista entre antigas lideranças federalistas avulsas e exiladas no planalto e os sertanejos que se dispunham a abandonar suas casas e pequenas lavouras para viver em torno de algum representante de João Maria. O episódio do Canudinho significou um momento importante desta confluência de duas tradições: o profetismo de João Maria e uma vertente popular do federalismo.

Monges do Pinheirinho

No Rio Grande do Sul, veteranos da campanha federalista também estavam disponíveis a participar de levantes junto à população cabocla. Embora não seja possível fazer uma conexão direta com o “Canudinho de Lages”, na região de Encantado, então município de Lajeado, em 1902, também houve uma confluência entre o federalismo popular e a tradição de João Maria. Consta que os sertanejos de Encantado compunham uma curiosa síntese de uma segunda geração de *Muckers*, descendentes dos seguidores de Jacobina, imigrantes alemães empobrecidos que conviviam com caboclos e de alguns andarilhos que eram identificados como João Maria.

A região vivia uma forte crise. A população cabocla era cada vez mais empurrada por especuladores e grileiros, que ocupavam suas terras para vendê-las a imigrantes europeus. Os caboclos atacaram alguns loteadores de terras e autoridades de Lajeado. Um bem armado Batalhão da Brigada Militar do Estado, em setembro de 1902, abriu fogo contra centenas de caboclos, dispersando-os pelas matas da subida de serra, no alto vale do rio Taquari (FERRI, 1975).

A Guerra do Contestado

Movimento mais conhecido, neste conflito, não há qualquer aparição de João Maria. Mas a tradição de João Maria estará presente através do curandeiro José Maria e de muitos outros monges que irão pontificar nos redutos e “cidades santas”, construídos pelos devotos que vão se convertendo em rebeldes, na medida em que são implacavelmente atacados pelas forças oficiais. O culto a João Maria era forte não só entre os redutários, mas também entre fazendeiros e “vaqueanos civis” que lutaram ao lado do exército. Portanto, não há um corte de classe nesta tradição. Mas a partir de Taquaruçu (1913) e Caraguatá (1914) ocorre um processo de reelaboração da memória e das experiências de João Maria que toma um significado especial para a população cabocla.

É no movimento do Contestado que o monarquismo sertanejo tem o seu principal desenvolvimento. As noções de “Monarquia celestial” deixam de ser apenas críticas saudosas à República e passam a compor um projeto político sofisticado, baseado em fortes relações comunitárias de auxílio mútuo, uma espécie de *comunismo caboclo*, que regulava a vida nas “Cidades Santas”. A proibição do comércio interno, a socialização dos bens e meios de subsistência são as principais características deste monarquismo caboclo: “*Quem tem, mói, quem não tem, também mói, e no final todos ficam iguais!*” Esta fala, atribuída a José Maria, virou Lei nos redutos. Pode-se afirmar que é o desdobramento final da fusão das tradições de João Maria com o federalismo. A construção dos “Quadros Santos” ou “Cidades Santas” seguia um plano urbanístico comum. Uma praça central, onde toda a população poderia se reunir, uma Igreja na parte centro frontal à praça e cruzeiros nos vértices do quadrado. Monges e virgens videntes, junto com Comandantes de Briga e chefes de piquetes de

cavalaria compunham as lideranças do movimento e um verdadeiro padrão de regulação e convívio social.

Instituições caboclas foram criadas ao longo do conflito como processo peculiar de apropriação de antigas tradições, como a Gesta Carolíngia e o grupo de Pares de França, uma noção peculiar de *Guerra Santa* e o crescente envolvimento de um grupo muito mais amplo que o número restrito de devotos iniciais (ESPIG, 2004).

A ruptura dos camponeses com o Estado, com os fazendeiros e com a Igreja chegou ao clímax. Mesmo com a derrota militar do movimento (1915-16), depois do emprego de 8 mil soldados do exército somados às polícias de Santa Catarina e Paraná, ainda houve repiques de mobilização com os grupos de Fabrício das Neves e Palhano, na região de Concórdia e Xanxerê (1924) (SILVEIRA JR, 2008), reproduzindo o mesmo padrão de “Cidade Santa”, monge, praças, fortes relações comunitárias de auxílio mútuo.

Os Monges Barbudos de Soledade (1935-38)

Depois da Guerra do Contestado, os aparelhos policiais dos estados meridionais ficaram particularmente vigilantes quanto a uma possibilidade de retomada de levantes camponeses tendo como pano de fundo o ambiente de culto a João Maria e a possibilidade de organização autônoma dos “matutos”, tendo as experiências anteriores como base.

Em 1935 na região de Lagoão e Soledade, no Planalto norte do Rio Grande do Sul, há uma nova aparição de João Maria. Desta vez ele é recebido pelo caboclo Deca França (André Ferreira França). Em poucos meses cresce em torno de Deca França uma comunidade de devotos de João Maria que passam a deixar as barbas e cabelos crescerem, desenvolvendo fortes laços comunitários de auxílio mútuo. Uma jovem assume a condição de *virgem* vidente. Para aumentar a preocupação dos comerciantes locais, chamados de bodegueiros, que viviam da comercialização dos excedentes produzidos pelos agricultores da região, os seguidores de Deca França passaram a dizer que iam apenas plantar o que fossem comer, não estavam mais interessados na lavoura de fumo e outros artigos com fins comerciais.

A região também vivia uma tensão agrária provocada pelo avanço de companhias de colonização sobre terras públicas, que eram habitadas por caboclos. O ambiente político do

Estado Novo foi decisivo para o desencadeamento da forte repressão sobre o movimento. Os caboclos foram acusados de “comunistas” e como sob este pretexto foram atacados sem piedade pela Brigada Militar numa rápida ação na sexta-feira santa de 1938. A ação policial causou as mortes de Deca França e outro líder, vários foram presos e espancados, mulheres foram violentadas. Os sertanejos ficaram proibidos de se reunir e praticar suas crenças.

Movimento do Timbó

Em 1942, alguns fazendeiros do planalto catarinense chamaram a polícia para desbaratar e prender um núcleo de caboclos que voltava a se reunir em nome de João Maria. Trata-se do movimento do Timbó, então Distrito do Município de Porto União. Consta que um indivíduo chamado Elias da Mota era o líder do grupo, que possuía vários acampamentos de seguidores nos vales dos rios Tamanduá e Timbó.

A ação da polícia foi assim descrita, em abril de 1942, por notícia montada no DEIP-SC (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina), divulgada para a Agência Nacional:

Graças à serena atuação das autoridades catarinenses acha-se restabelecida a normalidade das zonas marginais do rio Tamanduá, Município de Porto União, onde vários grupos de fanáticos chefiados pelo monge Elias Mota provocaram pânico, levando vários caboclos a abandonarem suas casas e seus fazeres. A escolta da Força Policial, sob comando do Tenente Otaviano Raimundo Colônia, atacou o reduto principal estabelecido no lugar denominado Saltinho prendendo todos os fanáticos, inclusive o monge Elias. Em seguida o Tenente Otaviano fez destruir todos os acampamentos. A polícia apurou que, antes de ser monge, Elias foi palhaço de circo e vagabundo. Dissolvidos os grupos, presos os seus componentes e destruídos os acampamentos, o Tenente Colônia procurou as famílias fugitivas, reconduzindo-as às suas propriedades. Entre os fanáticos presos acha-se Júlio Alonso que, em 1914 foi um dos mais audaciosos e sanguinários adeptos do monge João Maria.

Os jornais insinuaram que os caboclos estariam a serviço de agentes de potências estrangeiras: “*as autoridades acham-se empenhadas em averiguar se a constituição de tais*

grupos é ou não obra de quinta-colunistas no sentido de criar uma atmosfera de intranqüilidade, em proveito das suas atividades contra o Brasil.” (A Gazeta, 24/04/1942).⁹

A imprensa e o governo fizeram de tudo para liquidar e desacreditar o movimento. A divulgação de que o monge Elias teria sido um palhaço e a associação à atividade “quinta-coluna”, numa conjuntura impactante, quando navios de cabotagem brasileiros estavam sendo torpedeados pelos submarinos alemães na costa, deixava os caboclos num forte isolamento social. O reconhecimento de um participante da Guerra do Contestado, Júlio Alonso, parece confirmar os temores da polícia. Como a ação foi muito rápida, ocorrida com a denúncia das primeiras reuniões do grupo de Elias, não é possível avaliar os laços comunitários e os projetos dos sertanejos do Timbó.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo procuramos inventariar diferentes concentrações sertanejas influenciadas pela tradição de João Maria. Esta tradição foi se formando não só pela aparição dos monges andarilhos, mas como um conjunto de experiências ligadas aos problemas cotidianos de saúde e subsistência. A persistência destes movimentos em toda a região sul do Brasil revela, mais do que as concentrações em si, um ambiente cultural de afirmação de determinados valores tradicionais e de resistência anticapitalista à especulação com terras, políticas modernizadoras, ao recrutamento militar compulsório e ao mandonismo local.

Longe de ser um fenômeno do passado, ainda hoje muitas comunidades do planalto possuem como guia e conselheiro diferentes indivíduos que assumem a posição social do profeta São João Maria.

Bibliografia:

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960.

⁹ No vocabulário político utilizado durante a II Guerra Mundial, quinta-colunas eram como se denominavam sabotadores. O termo tem origem na Guerra Civil Espanhola (1936-39), quando a cidade de Madri foi cercada por quatro colunas Franquistas, mas, além disso, sofria o ataque de sabotadores fascistas internos, que possuíam a eficácia de uma “quinta coluna”.

- DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio*. 2ª Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.
- ESPIG, Márcia Janete. A presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.
- FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis: Ed. UFRGS/Ed. UFSC, 1995
- FELIPE, Euclides José. *O último jagunço: o folclore na História da Guerra do Contestado*. Curitiba: Unc, 1995.
- FERRI, Gino. *Os monges do Pinheirinho*. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1975.
- GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *O Contestado: o sonho do Milênio igualitário*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. "A odisséia de um monge peregrino pela América no século XIX." In: Carlos Andre S. de Moura; Eliane Moura da Silva; Mário R. dos Santos; Paulo Julião da Silva. (Org.). *Religião, Cultura e Política no Brasil: Perspectivas Históricas*. Campinas, SP: UNICAMP, 2011.
- _____. "O indivíduo por trás da crença: O Eremita Italiano Giovanni Maria de Agostini e sua trajetória na América" IN *Revista História Catarina*. Lages, Ano IV, nº 17, março de 2010, pp. 35 a 42.
- KUJAWA, Henrique Aniceto, *Cultura e religiosidade cabocla*, Movimento dos Monges Barbudos no Rio Grande do Sul – 1938. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001
- LEMES, Honório (org. de Corálio Cabeda). *Lei Militar*. Porto Alegre: Inst. Est. Livro, 1993.
- LEMOS, Zélia Andrade. *Curitibanos da História do Contestado*. Curitiba: Imprensa Frei Rogério, 1981.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.
- _____. "O Canudinho de Lages". *Revista de Sociologia*. São Paulo, vol. 13, nº 24, 2008
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1997.
- SILVEIRA JR, Celso Martins da. *O Mato do tigre e o campo do gato: José Fabrício das Neves e o combate do Irani*. Florianópolis: Ed. Insular, 2007.
- THOMÉ, Nilson. *Os iluminados*. Florianópolis: Insular, 1999.
- VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- WELTER, Tânia. *O Profeta São João Maria continua encantando no meio do povo*. Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFSC. Florianópolis, 2007.
- FONTES:
- *Coleção de Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1888.
 - Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andrea, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no 1º de junho de 1849. Porto Alegre: Typographia do Porto-Alegrense, 1849.
 - *Jornal Região Serrana*, Lages, 1897. Museu Thiago de Castro – Lages.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

16

- Jornal A Gazeta, Florianópolis, 1942. Biblioteca Pública do Estado de SC.
- Correspondência do Presidente Júlio de Castilhos. Fundo Aurélio Bittencourt, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Cadernos do DEIP-SC (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – Santa Catarina), 1942. Arquivo Público de Santa Catarina, Florianópolis.